

## Relação de Precatórios - ORDEM CRONOLÓGICA Município de Balsa Nova

**Regime GERAL**

**Atualizada em 27/01/2021**

1. Emitida de acordo com os §§ 2º e 3º do Art. 12 da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 303 de 18 de dezembro de 2019.

2. Os valores serão atualizados e revisados somente na data do seu efetivo pagamento.

<u>Ordem</u>	<u>Trib. origem</u>	<u>Precatório</u>	<u>Suspensão</u>	<u>Natureza</u>	<u>Orçamento</u>	<u>Data para ordem cronológica</u>	<u>Projudi</u>	<u>Valor deferido</u>	<u>Situação do precatório</u>
	TJPR	2019/904791	Sim	Comum	2020	26/06/2019 14:29:57	0005455-13.2019.8.16.7000	R\$ 287.244,36	PAGO VALOR INCONTROVERSO E PROVISIONADO VALOR CONTROVERTIDO
	TJPR	2019/904792	Sim	Comum	2020	26/06/2019 14:30:12	0005456-95.2019.8.16.7000	R\$ 287.893,72	PAGO VALOR INCONTROVERSO E PROVISIONADO VALOR CONTROVERTIDO
1	TJPR	2020/902319		Alimentar	2021	17/06/2020 13:37:02	0003764-27.2020.8.16.7000	R\$ 11.219,02	REQUISITADO
2	TJPR	2020/902320		Alimentar	2021	17/06/2020 13:37:55	0003765-12.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
3	TJPR	2020/902321		Alimentar	2021	17/06/2020 13:42:04	0003766-94.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
4	TJPR	2020/902322		Alimentar	2021	17/06/2020 13:43:04	0003767-79.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
5	TJPR	2020/902323		Alimentar	2021	17/06/2020 13:44:03	0003768-64.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
6	TJPR	2020/902324		Alimentar	2021	17/06/2020 13:44:58	0003769-49.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
7	TJPR	2020/902325		Alimentar	2021	17/06/2020 13:45:56	0003770-34.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
8	TJPR	2020/902326		Alimentar	2021	17/06/2020 13:48:43	0003772-04.2020.8.16.7000	R\$ 10.714,70	REQUISITADO
9	TJPR	2020/902327		Alimentar	2021	17/06/2020 13:50:12	0003773-86.2020.8.16.7000	R\$ 24.572,79	REQUISITADO

Por se tratar de municipalidade inclusa no REGIME GERAL de pagamento, art. 100 da Constituição Federal, os precatórios aqui listados referem-se tão somente àqueles requisitados ao Tribunal de Justiça do Paraná. Sendo assim, no que tange às informações sobre precatórios do Tribunal Regional Federal - 4ª Região, bem como do Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região, deverão ser solicitadas aos seus respectivos órgãos.

Na data do efetivo pagamento, será respeitado o que rege o art. 100 da Constituição Federal.